

# O DEBATE CONTEMPORÂNEO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO E A AMEAÇA DA ONDA CONSERVADORA AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

## THE CONTEMPORARY DEBATE ON SEX EDUCATION IN THE BRAZILIAN CONTEXT AND THE THREAT OF THE CONSERVATIVE WAVE TO FUNDAMENTAL RIGHTS

Luciane da Silva Vicente **1**

**Resumo:** o presente artigo tem por objetivo analisar como a educação sexual tem sido historicamente construída no currículo escolar brasileiro. Para tanto, apresentaremos um quadro geral da implementação da Educação sexual em escolas brasileiras e problematizaremos as disputas arquitetadas por bancadas políticas conservadoras que discordam da abordagem de questões de gênero e sexualidade nos espaços públicos, como a escola. Trata-se de um estudo qualitativo, que teve como fonte de dados a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Os dados foram produzidos por meio da técnica de Análise de conteúdo proposta por Bardin e Franco. Os resultados apontam que entre os anos de 1997 e 2011 houve investimentos expressivos em políticas públicas que culminaram em avanços importantes no campo da educação sexual. No entanto, a partir de 2013, em virtude de mobilizações discursivas de setores conservadores que passaram a ocupar instâncias de decisão política do Estado e não estavam de acordo com as mudanças de paradigmas sociais, deu-se início a uma série mobilizações discursivas que passaram a interferir na aprovação de leis e na consolidação de políticas afirmativas que vinham sendo implementadas nas últimas décadas.

**Palavras-chave:** Educação Sexual. Conservadorismo. Ideologia de Gênero.

**Abstract:** This article aims to analyze how sexual education has been historically constructed in the Brazilian school curriculum. To this end, we will present a general picture of the implementation of Sexual Education in Brazilian schools and problematize the disputes created by conservative political groups that disagree with the approach to gender and sexuality issues in public spaces, such as schools. This is a qualitative study, which had bibliographic research and documentary analysis as its data source. The data were produced using the Content Analysis technique proposed by Bardin and Franco. The results indicate that between 1997 and 2011 there were significant investments in public policies that culminated in important advances in the field of sexual education. However, from 2013 onwards, due to discursive mobilizations from conservative sectors that began to occupy political decision-making bodies in the State and were not in agreement with the changes in social paradigms, a series of discursive mobilizations began that began to interfere in the approval of laws and the consolidation of affirmative policies that had been implemented in recent decades.

**Keywords:** Sex education. Conservatism. Gender Ideology.

---

**1** Graduada em Ciências Biológicas (pela FIG), Mestre em Educação (pela UNINOVE) e Doutora em Educação (pela UNINOVE). Atualmente é professora de Ensino Fundamental II e Médio na rede Municipal de São Paulo. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9646489107762124>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6610-9506>. E-mail: [lusivsv@hortmail.com](mailto:lusivsv@hortmail.com)

## Introdução

Quando o filho tá indo pra escola não é pra aprender a fazer sexo não [...] Quando o pai bota o filho pra escola, é que ele quer que ele aprenda alguma coisa. Nós sabemos que a educação quem dá é os pais, a instrução é da escola e queremos mudar isso [...] Nós queremos a normalidade (Bolsonaro, 2018).

O trecho acima em destaque, de autoria do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, foi proferido em uma transmissão ao vivo em sua rede social, logo após a divulgação do resultado da eleição presidencial, no dia nove de novembro de dois mil e dezoito.

Na ocasião, o presidente eleito se dirigia aos seus eleitores e demais interessados para expor suas intenções e falar sobre seu plano de governo para o Brasil nos próximos quatro anos. Os dizeres destacados no início desse artigo vieram à tona quando o ex-presidente falava sobre a indefinição de quem assumiria o posto do ministério da educação. Nas palavras do ex-presidente trata-se de um ministério complicado, devendo esta escolha ser criteriosa para que o ocorrido no certame do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2018 não voltasse a ocorrer.

A crítica em evidência se refere ao texto introdutório da questão de número 37 na versão da prova azul da área de linguagens, códigos e suas tecnologias, aplicada no primeiro dia do certame, a qual reproduzimos a seguir:

**“Acuenda o Pajubá”: conheça o “dialeto secreto” utilizado por gays e travestis**

*Com origem no iorubá, linguagem foi adotada por travestis e ganhou a comunidade.*

“Nhaí, amapô Não faça a loka e pague meu acué, deixe de equê se não eu puxo teu picumã!” Entendeu as palavras dessa frase? Se sim, é porque você manja alguma coisa de pajubá, o “dialeto secreto” dos gays e travestis.

Adepto do uso das expressões, mesmo nos ambientes mais formais, um advogado afirma: É claro que eu não vou falar durante uma audiência ou numa reunião, mas na firma, com meus colegas de trabalho, eu falo ‘acué’ o tempo inteiro”, brinca. “A gente tem que ter cuidado de falar outras palavras porque hoje o pessoal já entende, né? Tá na internet, tem até dicionário...”, comenta.

O dicionário a que ele se refere é o *Aurélia, a dicionária da língua afiada*, lançado no ano de 2006 e escrito pelo jornalista Angelo Vip e por Fred Libi. Na obra, há mais de 1300 verbetes revelando o significado das palavras do pajubá.

Não se sabe ao certo quando essa linguagem surgiu, mas sabe-se que há claramente uma relação entre o pajubá e a cultura africana, numa costura iniciada ainda na época do Brasil colonial (Brasil, 2018, p. 16).

A questão acima trata dos dialetos e tem como apoio um texto sobre o linguajar utilizado por homossexuais e travestis. Apesar de o referido linguajar ser apenas uma opção para abordar uma questão técnica, gerou polêmica nos segmentos mais conservadores da sociedade e a indignação do ex-presidente, que a categorizou de estar impregnada de *ideologia de gênero*, uma expressão adotada por bancadas políticas conservadoras que se popularizou como um movimento entre os que discordam da abordagem sobre diversidade sexual e o debate sobre papéis e estereótipos de gênero nas escolas.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo incide em analisar como a educação sexual tem sido historicamente construída no currículo escolar brasileiro. Nessa perspectiva, pontuaremos alguns marcos da educação sexual no contexto brasileiro e problematizaremos as disputas arquitetadas por bancadas políticas conservadoras que discordam da abordagem de questões de

gênero, sexualidade e diversidade sexual no âmbito institucional.

Compreende-se que a omissão dessas questões nos documentos curriculares favorece a persistência da intolerância contra a diversidade sexual e enfraquece o combate ao preconceito e discriminações arraigados em nossa sociedade. Esse debate é de fundamental importância, para analisar as situações atuais e discorrer sobre as mudanças nos currículos da Educação Básica, tendo em vista que os documentos oficiais propõem mudanças na reorientação de construção de currículos, na formação de professores e, conseqüentemente, na intervenção no espaço da escola.

## Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, que teve como fonte de dados a pesquisa bibliográfica e análise documental. Os dados foram produzidos por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e Franco (2005). Para Bardin (2011) o método de análise de conteúdo constitui-se de:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 48).

O ponto inicial da análise de conteúdo é, segundo Franco (2005) a mensagem, que pode ser verbal, escrita, gestual, silenciosa, figurativa, documental ou provocada, na qual precisamente estão incorporados os componentes ideológicos e as representações sociais que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação.

Conforme o entendimento das referidas autoras, esta técnica propõe analisar o que é expresso em um texto a fim de se obter indicadores que permitam fazer inferências, de acordo com a natureza do material e das questões que se pretende elucidar.

## As primeiras iniciativas da Educação sexual institucional no contexto brasileiro

Segundo Figueiró (1998) as primeiras iniciativas de inclusão da Educação sexual no currículo escolar brasileiro, ocorreu em 1930 no Colégio Batista do Rio de Janeiro. A iniciativa perdurou de 1930 a 1954, até que o professor responsável pelo projeto fosse acusado de comportamento indecoroso durante as aulas e demitido.

A partir da década de 1960 alguns centros urbanos do país, tais como, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo desenvolvem programas de Educação sexual e passam a implementá-las nas redes públicas de ensino do país, sendo essa ideia apoiada por diversos educadores, intelectuais e alguns parlamentares em exercício na época (Werebe, 1978).

Na cidade de São Paulo, estas iniciativas ocorreram no contexto de renovação pedagógica dos colégios vocacionais do grupo Experimental Dr. Edmundo de Carvalho, no Colégio de Aplicação da USP e nos Ginásios Pluricurriculares Experimentais (Rosemberg, 1985).

O Colégio de Aplicação da USP foi um dos palcos de maior repercussão na inserção da Educação Sexual na Educação Básica (Figueiró, 1998). A experiência foi conduzida pela professora Maria José Werebe e realizada entre os anos de 1963 a 1968 por meio de orientação de grupos no horário regular das aulas. Os grupos eram mistos, compostos por meninos e meninas da primeira e segunda série ginasial (atuais 6ºs e 7ºs anos do Ensino Fundamental), pelo professor de ciências, responsável pelas informações biológicas e por um orientador que conduzia as discussões.

Em contrapartida, o regime militar imposto pelo Golpe de Estado de 1964, produziu um contexto de redução das manifestações da sexualidade que acarretou uma crise política no Colégio

de Aplicação da USP, culminando na censura do debate sobre a sexualidade e na perseguição de professores. “A sexualidade, ainda associada à ‘subversão’, passa então a figurar como uma questão polêmica e alvo de repressão e de investigações, especialmente quando vinculada à educação de crianças e adolescentes” (Bueno; Ribeiro 2018, p. 52).

As escolas e os professores eram reiteradamente vigiados pelo Estado, sendo que aqueles que se atreviam a continuar com projetos nessa área, o mantinham em regime de semiclandestinidade, até que em 1970 essas tentativas deixaram de existir (Rosemberg, 1985).

Rosemberg (1985) e Werebe (1978) explicam que em 1968, a deputada Júlia Steinbuch (MDB – RJ) havia apresentado um projeto de lei que propunha a inclusão obrigatória da Educação Sexual nos currículos do ensino primário e secundários. Após tramitar por dois anos na câmara, receber um parecer favorável do deputado Murilo Badaró (ARENA – MG) e um contrário, do deputado Rubem Nogueira (ARENA – BA) foi enviado à Comissão Nacional de Moral e Civismo, sendo embargado pelos pareceres de três conselheiros consultados: o padre Francisco Leme Lopes, o almirante Benjamim Sodré e o general Moacir Araújo Lopes (Rosemberg, 1985; Werebe, 1978).

Embora os vetos e os pareceres com as devidas justificativas, não terem estabelecido uma proibição oficial para os projetos de Educação Sexual em andamento, sua repercussão na imprensa ocasionou efeitos negativos que ao chegarem às escolas, fez com que muitos professores acatassem uma lei, que na verdade não existia. “A interdição era difusa e talvez, por isso mesmo, mais eficiente” (Rosemberg, 1985, p. 14).

A conspiração do silêncio que envolveu o campo da Educação Sexual no Brasil se manteve até os anos de 1978. “Neste ano, no contexto de recentes indícios sobre um afrouxamento da Ditadura Militar, ocorre o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas” (Bueno; Ribeiro, 2018, p. 53). A partir de então, o tema é retomado suscitando na realização de outros eventos científicos, bem como na implementação de projetos pilotos nas escolas.

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, surgem os primeiros programas de rádio e de televisão sobre questões relacionadas à sexualidade comandados por mulheres. Segundo Bueno e Ribeiro (2018) Maria Helena Matarazzo e Marta Suplicy, ambas com formação específica na área da sexualidade humana, foram duas personalidades que se destacaram no Brasil.

Maria Helena Matarazzo trabalhou em um programa de rádio diário sobre Educação Sexual na Rádio Globo e em dois serviços de orientação sexual por telefone. Marta Suplicy falava abertamente sobre sexualidade em um programa da Rede Globo, o TV Mulher (Bueno; Ribeiro, 2018, p. 54).

Com o advento do HIV na década de 1980, os projetos de educação sexual são reinseridos nas escolas para responder a uma emergência preventiva. A partir daí, as muitas portas foram abertas e, com isso, questões importantes foram trazidas e discutidas. No entanto,

trabalhava-se a sexualidade não porque acreditavam ser importante para o desenvolvimento integral do indivíduo, mas porque as pessoas começaram a ter a visão de que a educação sexual deveria ser discutida de uma forma que tratasse dos problemas que estavam aparecendo, como: a gravidez na adolescência, o uso de drogas por adolescentes e devido à preocupação de pais e educadores com o aparecimento da AIDS, que começava a “ameaçar” também aos jovens e mudar todos os conceitos e maneiras de vivenciarem a própria sexualidade (Ribeiro, 1990).

Segundo estudos realizados por Figueiró (1998) entre os anos de 1978 e 1982, foi desenvolvido e colocado em prática um projeto experimental de educação sexual na rede municipal de São Paulo. O projeto foi elaborado por orientadores educacionais e professores de ciências do 1º grau. Atendeu três escolas no primeiro ano, dezesseis no segundo ano, trinta e uma no terceiro ano e encerrou com cinquenta escolas no último ano.

A autora explica que o projeto era oficial, de caráter preventivo e contou com o apoio de dois Secretários de Educação: Hilário Torlone no primeiro ano e Jair de Moraes Neves, entre os anos

de 1979 a 1982. O projeto teve duração de cinco anos e foi descontinuado na gestão de Guiomar Namó de Mello, Secretária da Educação do Município de São Paulo no período de 1982 a 1985. Na época, Guiomar Namó de Mello avaliou que a Educação Sexual não era uma questão essencial naquele contexto. (Figueiró, 1998).

Seis anos mais tarde, em 1989, sob coordenação da sexóloga Marta Suplicy e com o apoio do Secretário Municipal de Educação Paulo Freire, o projeto é retomado e se mantém até 1993, quando o prefeito Paulo Maluf, suspendeu a verba para o pagamento dos educadores sexuais (Figueiró, 1998).

Outra experiência marcante na década de 1980 foi um Projeto desenvolvido pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo em parceria com a Faculdade de Saúde Pública da USP:

O projeto foi composto por duas partes: 1 - estudos preliminares nas escolas da rede estadual de ensino; 2 - experiências piloto em seis escolas da capital, com o treinamento de professores e orientadores educacionais para a inserção de um programa de Educação Sexual na grade curricular, nas disciplinas de Ciências e Programas de Saúde (Bueno; Ribeiro, 2018, p. 54).

Esse projeto intitulado de *A Análise da Sexualidade Humana num Enfoque Curricular* foi colocado em prática no ano de 1984, constituindo-se na primeira iniciativa institucional de um Programa de Educação Sexual na estrutura da escola pública brasileira (Nunes, 1996). Entretanto, os objetivos ao se tratar do tema são novamente de informar os adolescentes a respeito da fisiologia humana, da puberdade e da reprodução (Bueno; Ribeiro, 2018).

Nesta época, cursos sobre a temática passam a ser ministrados em diferentes espaços, são realizados diversos debates nos meios de comunicação, sobre questões em destaque na época, tais como, gravidez precoce, AIDS e doenças sexualmente transmissíveis. Houve também, um aumento expressivo na produção bibliográfica voltada para crianças, jovens e adultos, entre outras, de caráter formativo para orientar os professores.

No período de 1980 a 1990, segundo Bueno e Ribeiro (2018), destacam-se os seguintes eventos: a criação de projetos de Educação Sexual na cidade de Campinas (1984 -1998) no Grupo de Trabalho para Formação e Capacitação de Professores em Orientação Sexual, que posteriormente foi incluído na Lei Orgânica Municipal em 1990; a inclusão da sexualidade nos currículos de escolas municipais dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul; a atuação de ONGs nas escolas, nos cursos de capacitação de professores, na produção de guias, vídeos, manuais e outros materiais educativos para as escolas.

Entre essas instituições estão, o Instituto Kaplan, o Centro de Educação Sexual (CEDUS), o Centro de Orientação e Educação Sexual (CORES), a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), o Comunicação em Sexualidade (ECOS) e o já citado GTPOS (Bueno; Ribeiro, 2018, p. 55).

A partir de 1990 se observa um impulso no desenvolvimento de políticas públicas para jovens. Como parte importante na estruturação da identidade dos sujeitos e na defesa das demandas de igualdade social, a educação sexual emerge em meio a um conjunto de mudanças impelidas pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, reforçadas por compromissos internacionais assumidos pelo governo brasileiro na Conferência do Cairo, realizada em 1994, e na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995.

Tanto a Conferência do Cairo quanto a IV Conferência Mundial sobre a Mulher gerou uma agenda de compromissos assumidos pelo governo brasileiro para melhorar a vida da população através da promoção dos direitos humanos e da dignidade, apoio ao planejamento familiar, saúde sexual e reprodutiva, promoção da igualdade de gênero, promoção da igualdade de acesso à educação para as meninas, eliminação da violência contra as mulheres, além da promessa em aplicar as recomendações dessas conferências na prática cotidiana de escolas e serviços de saúde.

Com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino Fundamental, em

1997, inicia-se uma nova fase no que diz respeito ao ensino-aprendizagem sobre sexualidade e saúde reprodutiva. A *Orientação Sexual* – nome utilizado por alguns grupos e assumido pelo Ministério da Educação – é oficializada nos currículos escolares e apresentada para ser incorporada em todas as disciplinas, de forma integrada e transversal a todas elas.

Embora a proposta dos PCN não contemple uma perspectiva de educação sexual abrangente, há de se reconhecer que a inclusão da *orientação sexual* nos referenciais curriculares lançou as bases para que a temática, antes silenciada nos documentos oficiais fosse incluída nas escolas, trazendo subsídios a professores para que conteúdos específicos fossem incorporados aos currículos da educação básica.

Assim como na década de 1980, os avanços no campo da educação sexual, na década de 1990, sucederam, em grande parte, em virtude da propagação do HIV. Também nos anos de 1990 surgiram grupos de investigação nas universidades, que consolidaram o campo de estudo e pesquisa da educação sexual e possibilitaram que ações educativas nessa área fossem levadas para as escolas de ensino fundamental e médio (Ribeiro, 2017).

Bedin (2010) identifica em seus estudos vinte e um grupos de pesquisa no campo da Sexualidade e Educação Sexual em universidades públicas brasileiras que se consolidaram como espaço de produção, socialização e divulgação de conhecimentos e ações que envolvem as referidas temáticas. São eles: EDUSEX (Universidade do Estado de Santa Catarina); NUSEX (UNESP Araraquara); CIPSS (Universidade Estadual de Londrina); GESEXs (UNESP Rio Claro); GEPESEC (UNESP Bauru); GESE (Universidade Federal do Rio Grande); NUDISEX (Universidade Estadual de Maringá); GPESS (UNESP Marília); Sexualidade & Vida (Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto); GEPS (UNESP Assis); Sexualidade, Meio Ambiente e Educação (Universidade Federal da Paraíba); GEISH (Universidade Estadual de Campinas); NUDISE (UNESP Presidente Prudente); Sexualidade, Gênero, Etnia e Educação (Universidade do Estado de Minas Gerais); NUGSEX Diadorim (Universidade do Estado da Bahia); Gênero, Sexualidade e Saúde (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); Núcleo de Estudos de Sexualidade e Educação (Universidade Mackenzie); Relações entre Filosofia e Educação para a Sexualidade na Contemporaneidade (Universidade Federal de Lavras); FAGES (Universidade Federal de Pernambuco); Gênero, Corpo e Sexualidade (Universidade Federal do Rio Grande do Norte); CAESOS (Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto).

Esses grupos têm possibilitado aprofundar aspectos teóricos e éticos que envolvem as temáticas e subsidiado a realização de programas educacionais contribuindo para a superação das opressões sexuais que se relacionam com outras formas de opressão.

## O debate contemporâneo da educação sexual institucional

No período de 2000 a 2010 as ações implementadas pelo governo brasileiro no campo da sexualidade incluem: a) o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) lançado em 2003; b) o Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE), lançado em 2006; c) o Programa Brasil sem Homofobia (BSH), lançado em 2004.

### Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE)

O SPE tem como eixo estruturante de suas ações a integração dos setores da saúde e da educação, preservando os princípios e diretrizes que os fundamentam. Tem como foco a política pública de prevenção do HIV/AIDS e da gravidez na adolescência. A proposta do SPE para abordar o tema sexualidade nas escolas dialoga com os aspectos subjetivos, questões relativas às identidades, às práticas afetivas e sexuais no contexto dos direitos humanos. O programa almeja uma abordagem voltada principalmente para o âmbito comportamental e socioafetivo, além de integrar estratégias como a distribuição de preservativo masculino nas escolas (Brasil, 2006).

Com exceção de um único estudo localizado na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), não encontramos outras iniciativas oficiais que viabilizassem a análise da educação sexual institucionalizada sobre aplicação do referido projeto. Trata-se da investigação realizada por

Santos (2011) que buscou analisar as concepções e contradições de coordenadores e professores envolvidos na implementação do *Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas* em quatro escolas públicas do Estado de Aracajú.

Na pesquisa o autor buscou identificar as principais instituições que controlam a sexualidade humana na sociedade brasileira focando seus estudos na arquitetura escolar, nos programas de ensino, na formação docente e a sua relação com a educação sexual apregoada pela Igreja Católica e as Ciências Médicas. Em outro momento realizou um estudo de caso com quatro professoras que participaram do projeto.

Em sua investigação constatou que os objetivos propostos pelo SPE não estão sendo alcançados em sua totalidade pelas seguintes razões: a) a formação continuada oferecida aos professores possui uma carga horária muito reduzida; b) falta de participação dos profissionais da saúde; c) carga horária insuficiente para a implementação do SPE; d) descaso das gestões escolares em colaborar na implementação do projeto; e) rejeição dos demais professores das Unidades Públicas de ensino que implementaram o SPE; f) falta de ações direcionadas para os estudantes com necessidades educacionais especiais. Nesse sentido, o autor conclui que, para que as transformações propostas pelo projeto se consolidem dentro e fora da escola, no sentido de oferecer uma educação sexual emancipadora, são necessárias reformulações no SPE.

## **Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE)**

O GDE se constituiu como política de governo para formação de professores na modalidade à distância nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais nas perspectivas culturais, sociais, históricas, educacionais e políticas. Trata-se de uma ação governamental que intenta “socializar conhecimentos por meio da reflexão com as/os professoras/es da educação básica sobre os modos como a diferença e a inferioridade social se vinculam (Carrara *et al.*, 2017, p.14).

A versão piloto do GDE contou com um total de 1.200 vagas e foi oferecida no ano de 2006 para seis municípios: Porto Velho, Salvador, Maringá, Dourados, Niterói e Nova Iguaçu. Essa versão priorizou professores dos anos finais do ensino fundamental e, mediante a avaliação positiva dessa experiência passou-se para uma nova fase de realização desse projeto em dimensão mais ampliada (Brasil, 2009).

Nessa nova fase, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) implementou modificações e ampliou os modos de realização do GDE, estendendo sua oferta pelo Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em parceria com as instituições públicas de ensino superior do país que possuíam núcleos de pesquisa voltados para os estudos de gênero e sexualidade. Segundo apuração de Carrara *et al.* (2017, p.15) “o GDE foi ofertado por 38 universidades públicas estaduais e federais, atingindo mais de 40 mil profissionais da educação, sendo oferecido nas modalidades aperfeiçoamento e especialização”.

O conteúdo programático do GDE foi estruturado em quatro módulos que abarcaram as seguintes temáticas: 1) Diversidade; 2) Gênero; 3) Sexualidade e Orientação Sexual e 4) Relações Étnico-raciais. A pedido da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, excepcionalmente nesse Estado da federação, os módulos 5) Gravidez na Adolescência e 6) Participação Juvenil foram acrescidos aos quatro módulos originais (Carrara *et al.*, 2017). Esses temas intentam contribuir para a formação de uma geração que compreenda o caráter vital da diferença e representam os principais desafios a serem enfrentados pelos professores nas escolas. Na concepção do Programa GDE:

Ao discutir tais questões com os/as professores/as brasileiros/as, busca-se contribuir, mesmo que modestamente, com a escola em sua missão de formadora de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais para se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e de infinitas variações. Pessoas que possam refletir sobre o acesso de todos/as à cidadania e compreender que, dentro dos

limites da ética e dos direitos humanos, as diferenças devem ser respeitadas e promovidas e não utilizadas como critérios de exclusão social e política (Brasil, 2009, p.15).

A fim de traçar um panorama dos impactos e desdobramentos da implementação do GDE Carrara *et al.* (2017) desenharam um estudo de avaliação entre os participantes de 10 estados brasileiros que além dos cursistas, tutores e coordenadores, envolveu representantes do governo federal. Para compor a amostragem, foram convidadas 10 Instituições de Ensino Superior, que preferencialmente ofereceram mais de uma versão do curso GDE entre os anos de 2008 - 2011. São elas: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Os instrumentos de pesquisa utilizados na avaliação incluem: o mapeamento de 250 publicações que de alguma forma fizeram menções ao GDE, um questionário composto de 20 perguntas (19 fechadas e uma aberta para críticas, sugestões e comentários em geral), o emprego de técnicas de grupo focal, entrevistas semiestruturadas, além de “algumas visitas para observação de práticas em sala de aula com alunos/as de diferentes segmentos educativos” (Carrara *et al.*, 2017, p.31). Entretanto, afirmam os avaliadores:

Como se trata de um estudo de avaliação retrospectivo, é bastante provável que aqueles/as concluintes que se dispuseram a conversar conosco, de maneira virtual ou presencial, foram os que encararam a experiência do GDE como positiva e por isso, gostariam de falar mais sobre essa iniciativa (Carrara *et al.*, 2017, p.32).

Dentre os resultados obtidos por Carrara *et al.* (2017), consideramos importante evidenciar os seguintes pontos:

- Uma série de questões técnicas e estruturais (acessibilidade, número de computadores disponíveis e tamanho da equipe do polo) prejudicou o bom funcionamento do curso. Mesmo no espaço dos polos, muitas vezes a conexão à internet não se mantinha constante.
- A exclusão digital dificultou a utilização da plataforma. Os cursistas não conseguiam compreender sozinhos o uso das ferramentas disponíveis no ambiente virtual.
- O atraso na entrega de materiais impressos fez com que muitos cursistas abandonassem o curso pela falta de hábito de ler pelo computador.
- Nos grupos focais com tutores/as, ouviram-se muitas reclamações acerca de atrasos no pagamento das bolsas de tutoria e sobre o repasse de verbas para a impressão do material, que em alguns polos chegou ao final ou após o término do curso.
- Cerca de metade dos cursistas que realizaram atividades (52%) contaram com o apoio da direção da escola para aplicar o projeto. Em contrapartida, muitos professores elencaram a falta de apoio da direção da escola como barreira para o desenvolvimento de atividades que abordavam os temas do curso. O que gerou indicações da necessidade dos gestores educacionais cursarem o GDE de forma compulsória.
- A quase totalidade dos respondentes do questionário (99%) avaliou como positiva sua experiência de participação no GDE e consideraram este curso importante para o trabalho que desenvolvem.
- Quase todos os cursistas (99%) afirmaram que o GDE contribuiu, em maior ou menor grau (76% e 23% respectivamente) para mudança de opinião sobre os temas abordados no curso. De modo geral, mencionaram a questão do respeito como elo fundamental para conciliar as crenças religiosas e a diversidade sexual.
- 72% dos respondentes identificaram mudanças no relacionamento com seus alunos a partir da contribuição do GDE sobre os temas abordados. E 53% também identificam esta mudança na relação com colegas de trabalho. Houve relatos de mudanças de postura



frente a situações de discriminação, visto que muitos cursistas passaram a perceber que as atitudes discriminatórias muitas vezes partiam dos próprios professores.

- 77% dos concluintes implementaram alguma ação em sua escola relacionada ao conteúdo do GDE. Na educação infantil, por exemplo, foram relatadas algumas mudanças na prática das professoras, como a promoção de atividades onde meninos e meninas brincam juntos, rompendo com clássica separação do feminino x masculino.

Apesar das dificuldades enfrentadas, afirmam Carrara *et al.* (2017, p. 90), “ainda que de forma limitada, o curso GDE vem suprir uma lacuna na formação de professores/as no país nos temas de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais”. Segundo a análise dos autores, o curso também produziu impactos positivos no que se refere à inclusão digital de professores das redes públicas, propiciou abertura para tratar de temas sensíveis em diversos contextos, havendo a necessidade de revisão e de atualização em virtude das mudanças observadas nos últimos cinco anos no campo dos estudos de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais no país.

## Programa Brasil sem Homofobia (BSH)

O Programa Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004 é o marco brasileiro no combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Segundo Oliveira Júnior e Maio (2017) além da função primária de estabelecer um diálogo da sociedade civil com o Estado no que se refere ao tratamento da diversidade sexual, o BSH busca o reconhecimento e a reparação da cidadania da população LGBTQIAPN+<sup>1</sup>.

Dentre as medidas previstas para combater o preconceito contra a diversidade sexual, o governo federal criou o *Projeto Escola sem Homofobia* (ESH) que ocorreu por meio de convênios firmados pelo MEC com algumas ONGs. O ESH além de enfatizar a formação de educadores para tratar questões relacionadas ao gênero e à sexualidade reuniria um conjunto de materiais didáticos a serem distribuídos nas escolas públicas, denominado de Kit Anti-Homofobia (Oliveira Júnior; Maio, 2017).

O Kit Anti-Homofobia, pejorativamente apelidado de *kit gay* por seus detratores, constituía-se de instrumentos didático-pedagógicos que intentavam desconstruir estereótipos sobre a população LGBTQIAPN+ e estabelecer um convívio democrático com as diferenças.

Desenvolvido ao longo de dois anos, o Kit seria composto por um conjunto de materiais didáticos incluindo: *Bolehs* (Boletins Escola sem Homofobia), cartaz de divulgação, carta de apresentação para gestores/as e educadores/as, Caderno (Escola sem Homofobia) e Recursos Audiovisuais: Medo de Quê? Boneca na Mochila, Torpedo, Encontrando Bianca e Probabilidade (Oliveira Júnior; Maio, 2017, p. 133).

Os primeiros contatos para a produção desse material ocorreram em novembro de 2010, no seminário *Escola Sem Homofobia*, realizado no Congresso Nacional em Brasília, no qual foram apresentados os primeiros resultados concretos do projeto, incluindo os dados da pesquisa qualitativa e os protótipos dos materiais didáticos que comporiam o referido Kit (Oliveira Júnior; Maio, 2017).

No entanto, afirmam os mesmos autores, a apresentação inicial do Kit Anti-Homofobia gerou desconfiças quanto à finalidade e intencionalidade do seu conteúdo. Na ocasião da exposição do material, o discurso contestador em tom de deboche do então Secretário de Educação André Lázaro no momento em que discursava aos congressistas, representantes de entidades de apoio à confecção do material, instigou bancadas políticas e sociedade civil a agirem de forma contrária à adoção do Kit Anti-Homofobia.

A partir de então uma explosão discursiva na mídia digital e televisiva passou a chamar a atenção da sociedade para os perigos do suposto material pedagógico produzido pelo MEC

<sup>1</sup> Sigla utilizada para se referir às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersexos, assexuados, pansexuais e não binários. O símbolo de soma no final da sigla representa a compreensão que a diversidade de gênero e sexualidade é fluida e pode mudar a qualquer tempo.

incentivar práticas homoafetivas. Até mesmo as pessoas que não tiveram acesso ao material, reproduziam o discurso do parlamentar, afirmando que o referido Kit ensinava as pessoas a serem homossexuais (Furlani, 2011a).

No contexto desses embates, adquire visibilidade a figura de Jair Bolsonaro, Deputado Federal do Rio de Janeiro eleito pelo Partido Progressista (PP) no pleito eleitoral do ano de 2010, ao receber maior destaque na manifestação contra a distribuição do material devido ao depoimento no Plenário que obteve repercussão nacional, seja pelas suas declarações de cunho altamente homofóbicas e racista, seja pela distribuição do Informativo Kit-Gay [...] (Oliveira Júnior; Maio, 2017, p. 139).

Embora, na ocasião da apresentação do material os propósitos e o público alvo que seriam os estudantes do Ensino Médio tenham sido esclarecidos, a corrente de inverdades difundidas e divulgadas em torno do Kit de Combate e Prevenção à Homofobia tomou uma proporção avassaladora. Os boatos afirmavam, inclusive, que os vídeos que compunham o material faziam apologia a homossexualidade e eram direcionados às crianças de seis, sete e oito anos de idade (Furlani, 2011a).

Apesar do investimento de 1, 8 milhões na confecção materiais para as escolas, pesquisas, seminários e atividades de formação contínua para professores, o governo cedeu às pressões e suspendeu a distribuição do material. Na ocasião, a presidente Dilma Rousseff argumentou que não é papel do governo fazer propaganda de opções sexuais (Furlani, 2011b).

Desde o episódio da suspensão do Kit Anti-homofobia o país vive uma onda de discursos contra a implementação da educação sexual nas escolas.

Em 2014, 2015 e 2016, o Brasil acompanhou o “pânico moral” criado em torno das palavras gênero e orientação sexual, que se fazia presente no Plano Nacional de Educação para vigência no período de 2014 a 2024. Ele foi elaborado e teve suas várias tramitações, entre 2010 e 2014; porém, quando chegou nas mãos da presidente Dilma, em 2014, deu-se início a série de polêmicas no Congresso Nacional, para que se retirasse aquelas palavras, porque, segundo os conservadores, elas trazem a reboque a Ideologia de gênero (Figueiró, 2018).

A agenda de censuras que se contrapõe a direitos fundamentais pertinentes à sexualidade e às questões de gênero intenta difundir no currículo escolar interesses e convicções das bancadas conservadoras no poder legislativo. A pressão desses grupos pelo silenciamento da escola, possivelmente supondo que ao não se discutir essas questões elas não adentrarão a escola, trata-se, conforme Louro (1997), de uma presunção utópica, dado que a sexualidade quer queira quer não, está literalmente estampada na vida das crianças e dos jovens.

Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula — assumidamente ou não — nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes (Louro, 1997, p 135).

Supor que essas temáticas são levadas para a escola para incutir a homossexualidade nos estudantes é demonstrar total desconhecimento do contexto escolar e de seus conflitos, que existem justamente porque a escola é plural e diversa (Souza; Oliveira, 2017).

Discutir gênero em sala é problematizar a violência doméstica. É trazer para a sala de aula a representação de famílias de diferentes configurações. É permitir que as pessoas de diferentes orientações sexuais se percebam representadas,

e não silenciadas, no conhecimento produzido nas escolas (Penna, 2016, p 99-100).

A educação sexual é um processo contínuo que requer a garantia do compromisso pessoal com uma causa que é social: a emancipação (Goldberg, 1984). O conceito emancipatório pressupõe educar para a liberdade, para a autonomia, livre dos tabus e preconceitos que envolvem a sexualidade humana. Procura superar a alienação, prevê limites como marcos de sujeitos plenos e não como punição. Supõe uma consciência de globalidade que ultrapasse prescrições biológicas moralizantes, aconselhamentos descompressivos, dogmáticos e massificantes (Nunes, 1996).

A educação sexual revela-se em todos os espaços sociais de educação, mas é disseminada de forma fragmentada, vinculada a mensagens conflitantes, negativas e confusas que ignoram os direitos humanos. A desigualdade de gênero é outro aspecto da sexualidade que se reflete na sociedade por meio de normas e de estereótipos nocivos culturalmente estabelecidos. Para os meninos a puberdade é a abertura para novas experiências e oportunidades sociais, para as meninas, representa o fim da escolaridade e o início da vida adulta, sendo a maternidade esperada num futuro próximo. Se por um lado, o acesso masculino ao poder continua a não ser questionado, por outro, meninas, mulheres e minorias sexuais são excluídas dele (UNESCO, 2010).

Sob esse ponto de vista, Silva (2015) tomando como referência os estudos culturais, nos explica que a sociedade está construída em conformidade com as características do gênero masculino, havendo uma imensa desigualdade que separa homens e mulheres dos recursos simbólicos e materiais da sociedade. Essa distribuição desigual que confere às mulheres uma condição subalterna em relação aos homens, além de privá-las de benefícios básicos e direitos mais essenciais de cidadania, produz desigualdades e diferenças no âmbito da sexualidade. Paralelamente, afirma o autor, os currículos existentes são igualmente masculinos. “O currículo oficial valoriza a separação entre sujeito e conhecimento, o domínio e o controle, a racionalidade e a lógica, a ciência e a técnica, o individualismo e a competição” (Silva, 2015, p. 94). Em outras palavras, o currículo funciona como um dispositivo que corporifica e ao mesmo tempo, produz relações de gênero.

## A invenção da ideologia de gênero

Furlani (2016) explica que o conceito *Ideologia de Gênero* é uma narrativa que tem sua origem no interior da Igreja Católica e do Movimento Internacional e Nacional Pró-vida e Pró-Família, com o objetivo de conter as mudanças políticas e sociais decorrentes do conceito de gênero, sobretudo no campo das políticas educacionais, saúde e direitos humanos.

Ainda conforme a mesma autora, no entendimento dessas instituições há uma conspiração articulada por organizações e países com tendências de esquerda, marxista, ligados ao partido dos trabalhadores que pretendem instituir políticas que atentam contra a tradicional família cristã - composta por pai, mãe e filhos - modelo único, normal e hegemônico.

No Brasil, afirma Furlani (2016), a narrativa *ideologia de gênero* foi difundida pelo Observatório Interamericano de Biopolítica, um site dirigido pelo professor Felipe Nery que reúne materiais e representantes que se empenham em propagar um pânico social contra os estudos de gênero, políticas públicas voltadas para as mulheres e para a população LGBTQIAPN+.

Em 2015, na ocasião das discussões do Plano Nacional de Educação, representantes ligados ao Observatório Interamericano de Biopolítica se empenharam em divulgar vídeos, palestras e reportagens em suas redes sociais, incentivando a sociedade a se posicionar contra a abordagem de questões de gênero e sexualidade na esfera pública, em espaços como a escola. Dentre os que aderiram a campanha contra a *Ideologia de Gênero*, no Congresso Nacional e na mídia, Furlani (2016) cita: Jair Bolsonaro, na época, deputado federal, o senador pastor Magno Malta, o deputado pastor Marco Feliciano, o pastor Silas Malafaia, a pastora Damares Alves e a pastora Marisa Lobo. Todos eles, seja por meio de palestras, seja por meio da divulgação de vídeos na internet, se posicionaram contra os estudos de gênero e qualquer política pública que incorporassem essas discussões no âmbito da educação.

As inflexões sobre os questionamentos de gênero e sexualidade foram um dos motivos para

a criação do *Movimento Escola sem Partido* (ESP). O ESP, segundo Manhas (2016) e Ratier (2016), trata-se de um movimento fundado em 2004 pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib que, a princípio, por apresentar propostas incoerentes, particularmente com relação aos avanços conquistados na questão dos direitos humanos, não gerou muitas preocupações na ocasião de suas primeiras manifestações. Todavia, nos últimos anos, o ESP tem se corporificado e ganhado visibilidade na mesma proporção de movimentos fascistas, tais como, *Revoltados Online*<sup>2</sup> que tentam impor ao país um projeto de vida baseado em impressões e vivências individuais.

O ESP faz uso de um discurso manipulador, adotando informações distorcidas e assombrosas. Desqualifica a escola, os professores e propõe que os estudantes atuem como delatores de docentes que trouxeram, entre outras questões, o debate sobre educação sexual e de gênero para a escola (Penna, 2016).

Seu objetivo é subverter a distinção entre educação formal (ofertado pela iniciativa privada) e educação informal (realizado no âmbito das esferas sociais) por meio de falácias ideológicas e enganadoras, baseadas em pesquisas de opinião sem comprovação científica que defendem à omissão do pensamento crítico, da problematização e da possibilidade de se democratizar a escola (Manhas, 2016; Ximenes, 2016).

Voltando à fala do ex-presidente destacada no início desse artigo, observa-se que a interlocução se encontra marcadamente expressa no discurso normativo repressivo, que controla as dimensões pedagógicas da sexualidade, com base na cultura patriarcal brasileira (Nunes, 1996).

Ao comentar sobre a linguagem utilizada no texto da questão do ENEM, a qual se refere como “linguagem particular daquelas pessoas”, julga-a inapropriada e absurda, pois nas palavras do presidente, “obriga a molecada a se interessar por essas questões menores” para realização de certames (Bolsonaro, 2018). Essa fala não só reforça a perspectiva de negação do pluralismo, como desqualifica a diversidade sexual.

Este discurso, presente em determinadas famílias, em algumas instituições religiosas, escolas e nos meios de comunicação estão carregados de preconceitos incitadores do medo, com a finalidade explícita de doutrinar e disseminar comportamentos confessionais (Nunes, 1996).

Para Alavarse (2018) avaliações que abordam questões relativas a outras culturas como a do Pajubá são especialmente importantes por refletirem uma realidade que, quer queira quer não, faz parte da nossa sociedade, o que por outro lado causa desconforto naqueles que têm dificuldade em reconhecer e aceitar a diversidade. “Na verdade, essa expressão *ideologia de gênero*, que eles inventaram, trata-se de reconhecer a existência de determinadas camadas e ninguém vai mudar a sua orientação sexual ou identidade de gênero porque conheceu” (Alavarse, 2018).

De acordo com as convicções do ex-presidente os estudantes devem ‘aprender algo que no futuro lhe dê liberdade, que possa ganhar o seu pão com seu trabalho e não fique com essas questões menores que se vê por aí, de ideologia de gênero’ (Bolsonaro, 2018).

Este discurso apelativo, carregado de superficialidade, sem nenhum embasamento científico e fundamentado em estereótipos sobre a dimensão sexual, são traços centrais na estratégia de mobilização de forças conservadoras e de extrema direita pelo mundo. Esses grupos enxergam qualquer pensamento diferente do deles como uma ameaça, que deve ser combatida com disciplina e repressão.

O discurso do governo brasileiro antecessor reflete uma concepção retrógrada de educação, que visa disciplinar os estudantes a obedecerem, sem criticidade e sem reflexão teórica:

Quem ensina sexo é papai e mamãe. Pronto e acabou! Não tem mais que discutir esse assunto, por isso precisa de um bom ministro da educação, que tenha autoridade, que entenda que *nós somos um país conservador*. E não vai botar dentro do ministério da educação coisas que não nos interessa. Afinal no fundo, o objetivo da educação é ser um bom técnico, ter um curso superior, ser um bom patrão, um bom empregado, um bom liberal e não um conhecedor dessas besteiras de

<sup>2</sup> Comunidade virtual online criada por Marcelo Reis em agosto de 2010 na plataforma Facebook e em outras redes sociais para se manifestar contra o governo federal em exercício.

ideologia de gênero (Bolsonaro, 2018).

A perspectiva de educação sexual manifestada no excerto acima, que se reveste de defesa da ordem e moralização dos costumes se tornou a bandeira das bancadas políticas religiosas que discordam da abordagem de questões de gênero e diversidade sexual nos espaços públicos, como a escola. A regulação das sexualidades pelos preceitos religiosos e fundamentalistas, amplia a difusão de uma mensagem sexista, carregada de visões estigmatizadas.

Ao analisarmos panorama atual, é possível dizer que a onda conservadora vivenciada pelos professores no contexto da Ditadura Militar novamente inunda o país e tem conseguido ser voz ativa contra os avanços conquistados no âmbito do ensino da sexualidade. O fundamentalismo religioso, a censura, as retiradas e retificações em documentos educacionais sobre questões relativas à sexualidade, criou uma espécie de pânico moral, no qual os professores e a escola passaram a ser vistos como inimigos da sociedade.

Ao contrário do que pregam os discursos ultraconservadores e repressores:

Trabalhar Gênero nas escolas significa refletir sobre: as desigualdades entre homens e mulheres e as implicações negativas dessas desigualdades, para ambos; a responsabilidade, tanto do homem ou rapaz, quanto da mulher ou garota, na prevenção de gravidez e da contaminação por DSTs; o alto índice de discriminação e violência contra a mulher e contra as minorias raciais, religiosas e sexuais; e o abuso sexual contra crianças e adolescentes. Significa também conscientizar a respeito dos direitos humanos, dos direitos sexuais e direitos reprodutivos e dos diversos tipos de família. Trabalhar Gênero nas escolas é ajudar a compreender a opressão exercida sobre os homens (homem não chora etc), é educar para o respeito à diversidade, de modo a eliminar todo tipo de preconceito e discriminação, seja racial, sexual ou de religião, entre outros, e é educar para superar o machismo e o sexismo (a divisão: isto é de homem, isto é de mulher) (Figueiró, 2016, p. 2).

Em contrapartida, a invisibilidade da temática nos currículos escolares é proposta e incentivada por aqueles, que ignoram o princípio laico da Educação. Os estereótipos da cultura machista, sexista, misógina e opressora só poderão ser ultrapassados se a educação sexual nas escolas estiver canalizada para a superação da desigualdade, para a promoção do respeito a diversidade e que possibilite aos estudantes expor seus sentimentos, dúvidas e medos em relação a esses temas (Figueiró, 2018).

A ausência de uma reflexão mais ampla sobre a sexualidade humana nos documentos oficiais – necessária para respaldar as práticas educativas na promoção da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual - além de promover uma visão parcial sobre a sexualidade, favorece a persistência da intolerância contra a população LGBTQIAPN+, enfraquecendo o combate ao preconceito dos que convivem com índices alarmantes de crimes e de violência dessa natureza.

## Considerações finais

O levantamento bibliográfico possibilitou identificar que a educação sexual no cenário brasileiro é demarcada por processos históricos repressivos, momentos de contestação e contextos de luta contra a quebra de tabus e erradicação de preconceitos vigentes nas esferas da consciência e da afetividade humana.

Pudemos constatar ainda, que entre os anos de 1997 e 2011 houve investimentos expressivos em políticas públicas que culminaram na mudança de valores e em avanços importantes no campo da educação sexual.

Em contrapartida, a partir de 2013, setores conservadores que passaram a ocupar instâncias de decisão política e não estavam de acordo com as mudanças de paradigmas sociais, deram início a

uma série mobilizações discursivas que incidiram em políticas regressivas no campo da sexualidade.

O debate sobre a inclusão dos temas de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação foi um dos fatores que desencadeou a ascensão de grupos conservadores como o *Movimento Escola Sem Partido*. A invenção da *ideologia de gênero* e sua suposta *ameaça* à família tradicional cristã tem sido um dos focos de convencimento desses grupos para barrar a discussão de temas correlatos a gênero e diversidade sexual nas escolas, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais.

Entre os objetivos dessas ofensivas adquire centralidade as disputas acerca da definição dos currículos da educação básica, especificamente, pela importância que possuem na definição das políticas de formação de professores e de organização do espaço escolar. São, portanto, atores que fazem uso de diretrizes religiosas fundamentalistas para demarcar poder político e exercer a regulação das sexualidades.

No entanto, é preciso lembrar que a retirada dessas palavras da legislação não extingue da escola e da sociedade os sujeitos da diversidade sexual. Mesmo que o termo *gênero* seja banido da sociedade, a humanidade continuará se expressando em sua diversidade e buscando aceitação.

Os gêneros e as sexualidades com suas múltiplas relações com as identidades estão presentes na vida social e no cotidiano escolar. Conforme pontua Furlani (2016) os estudos de gênero existem para estudar os sujeitos LGBTQIA+, compreender a expressão de suas identidades, propor conceitos e teorias para sua existência e ajudar na construção de uma sociedade mais igualitária para todos.

Para além da superação do senso comum, a compreensão das questões sexuais pode contribuir para que as pessoas passem a entender a sexualidade, a partir da desconstrução de tabus, preconceitos e valores enraizados historicamente na sociedade.

## Referências

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **Presidenta do Inep: “Lamento leituras equivocadas. Não é o Governo que manda no Enem”**. [Entrevista a Beá Lima] EL País, São Paulo, 10 nov. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/06/politica/1541536926\\_746995.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/06/politica/1541536926_746995.html). Acesso em: 16 abr. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOLSONARO, Jair Messias. **Canal Notícias do cotidiano**. Ao vivo agora live. Brasília, 9 Nov. 2018. Vídeo (canal virtual) – 30:38 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LixPDnDVzp4>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enem 2018**. Caderno 1 Azul. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: Cepesc; Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BUENO, Rita de Cássia; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018.

CARRARA, Sergio; NASCIMENTO, Marcos; DUQUE, Aline; TRAMONTANO, Maria Elisabete Pereira. (Orgs). **Gênero e diversidade na escola: avaliação de processos, resultados, impactos e projeções**.

Rio de Janeiro: CEPESC, 2017.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). **Educação sexual**: saberes essenciais para quem educa. Curitiba: CRV, 2018.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Gênero e Ideologia de Gênero: espinhosa relação. **Folha de Londrina**, Espaço Aberto, Londrina, p. 2, 24 jul. 2016.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Revendo a história da educação sexual no Brasil: Ponto de Partida para construção de um novo rumo. **Nuances**, v.4, set. 1998.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2.ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FURLANI, Jimena. **Estado, sexualidade e educação**: a questão do kit anti-homofobia. Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC. Florianópolis, 6 de Jul. de 2011a. Vídeo (canal virtual). Parte 1 – 7:39 min. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_P3Rn0tfttg](https://www.youtube.com/watch?v=_P3Rn0tfttg). Acesso em: 21 maio 2020.

FURLANI, Jimena. **Estado, sexualidade e educação**: a questão do kit anti-homofobia. Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC. Florianópolis, 6 de Jul. de 2011b. Vídeo (canal virtual). Parte 2 – 11:45 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fgnl2a6ljzU&t=165s>. Acesso em: 21 maio 2020.

FURLANI, Jimena. **Ideologia de Gênero**: quem criou, por que e para que? Vídeo (canal virtual). 14 de jul. de 2016. Parte 1/6 – 34:22 min. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=5ro1010I0v8>. Acesso em: 07 jun. 2020.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. **Educação sexual**: uma proposta, um desafio. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1984.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MANHAS, Cleomar Souza. Nada mais ideológico que “Escola sem partido” In: AÇÃO EDUCATIVA - ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

NUNES, César Aparecido. **Filosofia, sexualidade e educação**: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar. 1996. 330 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. (2017). “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: O discurso inaugural no “desagendamento” do Kit Gay do MEC. **E-Curriculum**, v. 15, n. 1, p. 125 – 152.

PENNA, Fernando de Araújo. O ódio aos professores. In: AÇÃO EDUCATIVA - ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

RATIER, Rodrigo Pelegrini. 14 perguntas sobre o “Escola sem partido”. In: AÇÃO EDUCATIVA - ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

- RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação Sexual:** além da informação. São Paulo: EPU, 1990.
- RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Entrevista educação para a sexualidade. **Revista Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 07-15, 2017.
- ROSEMBERG, Fúvia. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, n. 53, p. 11-19, 1985.
- SANTOS, Luciano Rodrigues dos. **Educação, saúde e sexualidade:** revelações da inserção do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas em Aracaju. 2011. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Sergipe, 2011.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade:** Uma introdução às teorias do Currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SOUZA, Emilleny Lázaro da Silva; REIS, Graziela Tavares de Souza; RIBEIRO, Neide Aparecida (Org.). **Violências institucionais:** violação dos direitos humanos das mulheres. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020.
- SOUZA, Rafael de Freitas e; OLIVEIRA, Thiago Fávero de. *A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo.* In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido:** Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- UNESCO. **Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências.** 2.ed. revisada. Brasília: UNESCO, 2019.
- XIMENES, Salomão Barros. 1º que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola sem partido”? In: AÇÃO EDUCATIVA - ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido:** 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- WEREBE, Maria José Garcia. A Implantação da educação sexual no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.26, p. 21-27, set. 1978.

Recebido em 25 de julho de 2023.  
Aceito em 15 de setembro de 2023.